



A Educação de Jovens, Adultos e Idosos: direitos ou negação de direitos?

The Education of Young People, Adults and the Elderly: rights or denial of rights?

Márcia Lucas de Oliveira¹

Resumo: Pesquisa desenvolvida com estudantes da Educação de Jovens, Adultos e Idosos numa escola pública municipal na cidade de São Gonçalo/RJ. Deve-se a estudos realizados no Grupo de Pesquisa em Educação de Jovens, Adultos e Idosos (GPEJA/UFF). Seu objetivo foi verificar a disponibilidade de serviços e equipamentos para esta modalidade. Realizou-se pesquisa qualitativa, através de questionário via Whatzapp dos estudantes. Utilizou-se os referenciais de Arroyo e Paulo Freire como fundamentação teórica. Verificou-se que os estudantes da EJA têm acesso limitado aos serviços e equipamentos da escola, o que não colabora para sua aprendizagem e pertencimento da mesma. Concluiu-se que este fato retira o direito dos estudantes de aprender com serviços e equipamentos adequados, o que pode levar à evasão escolar.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Acesso. Equipamentos escolares.

Abstract: Research developed with students from Youth, Adult and Elderly Education at a municipal public school located in the city of São Gonçalo/RJ. It is due to studies carried out in the Research Group on Education of Young People, Adults and Elderly (GPEJA/UFF). Its objective was to verify the availability of services and equipment for this modality. Qualitative research was carried out, using a questionnaire sent via WhatsApp to students. The references of Arroyo and Paulo Freire were used as theoretical foundation. It was found that EJA students have limited access to the school's services and equipment, which does not contribute to their learning and belonging to the school. It was concluded that this fact takes away students' right to learn with adequate services and equipment, which can lead to school dropout.

Keywords: Youth and Adult Education. Access. School equipment.

Introdução

Refletir sobre a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, com alegação de inclusão social é pensar no seu público alvo, sujeitos com diferentes idades, além de diferentes origens, realidades, expectativas e histórias. São pessoas que almejam encontrar a sua identidade que em algum momento de suas vidas lhes foi “roubada” “[...] os jovens e adultos que voltam ao estudo, sempre carregam expectativas e incertezas à flor da pele” (Arroyo, 2005, p.42).

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, RJ – Brasil. marcia.marcicuesta@gmail.com. • ORCID
<https://orcid.org/0000-0001-7955>.



Pensando neste público que frequenta a EJA nos remetemos o pensamento de Paiva (1983, p.19):

São homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias e moradores rurais. São sujeitos sociais e culturalmente marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas. Portanto, trazem consigo o histórico da exclusão social. São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas (Paiva, 1983, p.19).

Neste mesmo viés, precisamos pensar nos estudantes da EJA pouco ou não escolarizados que trazem uma vivência de mundo, mas quando ingressados na escola precisam aprender a interagir e se inserir com os cotidianos de funcionamento particulares de cada instituição de ensino.

A constante busca de direitos da EJA, nos remete a pensar em seus estudantes cada vez mais jovens, que não tendo concluído o ensino fundamental com 15 anos, são remanejados quase sempre automaticamente para a EJA. Porém quando chegam nesta modalidade se deparam com uma realidade bem diferente, onde alguns equipamentos e acesso a equipe pedagógica da escola são restritos. Eles são “jogados” no mundo adulto onde lhe é subtraído o direito de acesso, por exemplo, à biblioteca, a passeios, a eventos, à prática de esportes na quadra, aos livros didáticos, à sala de recursos, a recursos tecnológicos, bem como diálogo com equipe pedagógica, os quais faziam parte de sua rotina escolar no curso regular. Esta situação atinge de forma negativa todos os demais estudantes, fazendo com que não se sintam parte da escola (Padial, 2015).

Para que isto seja possível, o acesso dos estudantes a tais equipamentos, é preciso investimento do poder público, elaboração e execução de políticas públicas específicas para este alunado. Neste sentido, Serra, Ventura, Alvarenga e Reguera (2017, p. 37), fazem uma reflexão sobre o lugar que a EJA ocupa no município de São Gonçalo:

Sendo um lugar formado pelas contradições próprias de um modelo de desenvolvimento desigual, os dados relativos à situação educacional de São Gonçalo materializam o projeto histórico desse modelo e seus efeitos sobre os direitos de cidadania, entre eles, o direito à educação (Serra et al., 2017, p. 37, aspas do autor).

A EJA nas escolas municipais desta cidade atende aos estudantes do primeiro segmento (alfabetização ao 5º ano) e segundo segmento (6º ao 9º ano). A EJA é organizada por Grupos e Fases: Grupo I, Fase 1 (1º momento da alfabetização); Grupo I, Fase 2 (2º momento da



alfabetização); Grupo II (1ª e 2ª séries do EF); Grupo III, Fase 1 (3ª série do EF); Grupo III, Fase 2 (4ª série do EF); Grupo 4, Fase 1 (5ª série do EF); Grupo 4, Fase 2 (6ª série do EF); Grupo 5, Fase 1 (7ª série do EF); Grupo 5, Fase 2 (8ª série do EF).²

Esta pesquisa de campo foi realizada no município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, considerada a cidade mais populosa, localizada na Região Metropolitana, que possui hoje uma população estimada em 896.744³, numa extensão territorial de 248.160 km² em uma escola que oferta a EJA, com o objetivo de verificar a disponibilidade de serviços e equipamentos destinados a essa modalidade. Como objetivo específico, buscou-se verificar quais serviços ofertados e quais equipamentos existentes na escola são acessíveis a estes estudantes. Como instrumento de coleta de dados realizou-se questionário junto aos estudantes da EJA por meio do WhatsApp, os dados coletados foram categorizados e analisados.

Voltamos nossa atenção para uma situação muito preocupante na EJA que é a alta taxa de abandono, o que nos leva a questionar quais seriam os motivos desta situação e se um desses motivos não estaria na falta de qualidade dos serviços e recursos ofertados a este alunado, ou mesmo a ausência destes serviços e recursos. É neste sentido que esta pesquisa se justifica, pois poderá colaborar para uma melhor compreensão dos fatores cotidianos que podem influenciar nas altas taxas de abandono desta modalidade.

Referencial Teórico

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi inserida nos documentos legais em 1934, quando foi criado o Plano Nacional de Educação, que previa o ensino primário integral obrigatório e gratuito às pessoas adultas como direito constitucional. Entretanto, somente com a publicação da Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, em seu capítulo IV, aconteceu a regulamentação da Educação de Jovens e Adultos (supletivo) que pela primeira vez apareceu separado do ensino regular básico e secundário, trazendo um progresso significativo para a EJA, inclusive com orientação de formação de professores exclusivamente para esse público alvo.

Com a Constituição de 1988, a Educação de Jovens e Adultos passou a ter um outro olhar da sociedade, pois esta previa que todas as pessoas teriam acesso à educação, este olhar foi reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que estabeleceu no capítulo II, seção V a Educação de Jovens e Adultos como modalidade da educação escolar. No artigo 37 expressa um primeiro demarcador de quem seriam os sujeitos da EJA quando estabelece: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”, porém na educação do Brasil esse direito nunca foi efetivado plenamente, tornando-se esta realidade ainda mais grave recentemente com a diminuição de oferta e fechamento de escolas para essa modalidade de ensino (Serra, et. al., 2017).

Essa expressão “idade própria” referida na legislação brasileira, se reportando as características do alunado da EJA, segundo Di Pierro (2005, p.1118) aponta os vestígios do pensamento compensatório da educação da EJA que “[...] inspirou o ensino supletivo, visto como instrumento de reposição de estudos não realizados na infância ou adolescência”.

² EF – Ensino Fundamental; dados retirados do documento Programa Único de Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos – 1º e 2º segmentos da Rede Pública de Ensino do Município de São Gonçalo/RJ, novembro de 2005.

³ Dados retirados do IBGE 2022.



Ainda com base na LDB de 1996, através da Resolução CNE/CEB nº 1 de 05 de julho de 2000 e Parecer CNE/CEB nº 11 de 07 de julho de 2000, foi reafirmada a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino, estabelecendo suas Diretrizes Curriculares Nacionais.

No tocante a idade desse público que poderia frequentar a EJA, o Conselho Nacional de Educação aprova o Parecer nº 23/2008⁴ que altera para 18 anos a idade mínima para o ingresso na EJA, incluindo o ensino fundamental, gerando muitas discussões entre os representantes dos sistemas de ensino, movimentos sociais e entidades ligadas a educação, o que fez com que sua homologação fosse adiada. Devido a acentuada mobilização, em 16 de junho de 2010, foi publicado no Diário Oficial da União a Resolução CNE/CEB nº 3 de 2010, alterando a idade mínima de 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o ensino médio.

De acordo com pesquisas realizadas por Quintanilha (2011), a EJA no município de São Gonçalo teve seu projeto inicial com o chamado “Escolarizando Adultos” em 1990, na Escola Municipal Luiz Gonzaga, onde a maioria de seus estudantes eram adolescentes internos do Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM)⁵. Esta afirmação baseia-se em memórias de uma entrevistada por Quintanilha durante sua pesquisa de mestrado, diante da grande dificuldade de recolher material comprobatório da história de início da EJA neste município.

Diante desta realidade, percebe-se que a Educação de Jovens e Adultos nunca foi priorizada pelo poder público e sempre esteve muito aquém das suas verdadeiras necessidades. Sendo assim, a oferta da escolarização é um processo que envolve questões bastante subjetivas, de cunho político e ideológico, que vem ao longo do percurso da história da educação definindo quais são as prioridades a serem garantidas. Neste sentido a autora Strelhow (2010, p.50) nos faz refletir que:

Um novo pensar sobre a educação de jovens e adultos traz para o âmbito escolar questões relativas ao processo histórico do aluno. Existem muitos motivos que levam esses adultos a estudar, como, exigências econômicas, tecnológicas e competitividade do mercado de trabalho. Vale destacar, que outras motivações levam os jovens e adultos para a escola, por exemplo, a satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade e dignidade que traz auto estima e a sensação de vencer as barreiras da exclusão (Strelhow, 2010, p. 50).

A educação de jovens e adultos enfrenta constantes desafios em atender as exigências da sociedade, considerando esta modalidade a mais procurada para conclusão do Ensino Fundamental e Médio, pelos que lutam para superar suas condições de vida, baixos salários, o desemprego, péssimas condições em que vivem. Tudo isso traz esses estudantes de volta às escolas em busca de um reconhecimento formal, da cidadania e da oportunidade de igualdade, da não exclusão no mercado de trabalho que servirá como alicerce para que consigam melhores condições de vida.

Nesta perspectiva, a escola tem importância fundamental na aquisição ou não, de conhecimentos, nessa busca incessante pela mudança, o que nessa modalidade de ensino requisita do professor muito além do aprendizado de disciplinas, pois requer um pensamento

⁴Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12743-ceb-2008>

⁵ São unidades de *semiliberdade* do Degase onde adolescentes em conflito com a lei saem para estudar retornando para dormir.



crítico, que venha a se tornar ações concretas de interferências na sociedade, assim como nos diz Freire (2011, p. 67) “[...] a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a”.

A educação de jovens e adultos é um campo de estudo e análise que ultrapassa as fronteiras da escolarização, entendendo que esta modalidade de ensino compreende práticas diversas desde a alfabetização até a formação humana desse público alvo, muitas vezes excluídos do direito social e do direito à educação. Como evidencia Arroyo, “[...] não foi a educação popular nem de jovens e adultos que inventaram nomes como oprimidos, excluídos. É só olhar para os corpos dos educandos de EJA para ver as suas marcas” (Arroyo, 2005, p. 230).

Ao longo dos anos a oferta de vagas para EJA no município de São Gonçalo/RJ vem diminuindo, conforme Marques (2016), “[...] podemos observar uma distribuição desigual das unidades escolares de ensino à medida que o quantitativo de oferta da educação de jovens e adultos (EJA) vem sofrendo uma diminuição ao longo dos últimos anos”, uma situação muito preocupante num município com uma população tão expressiva.

Sabemos que o poder público ao propor a diminuição de turma da EJA, o faz pautado no discurso de que é grande o número de evadidos e reprovados desta modalidade. Sendo assim, assumem a lógica de que o número reduzido de estudantes em turma não justifica o pagamento dos professores em muitas unidades de ensino, tendo como saída, reduzir o número de escolas que a ofertam. Entretanto, ponderamos que a solução do problema para a diminuição da evasão escolar e do número de reprovados, não se encontra no fechamento de turmas, mas sim, num conjunto de medidas que deveriam ser adotadas, para que tais situações pudessem ser amenizadas, tais como a modificação do currículo escolar proposto a estes estudantes, que são as mesmas aplicadas as crianças e adolescentes, porém para EJA são inapropriadas e ineficazes. Conforme estudos de Freire (2011), o respeito a identidade jovem e adulta, requer práticas e currículos adequadas a estes estudantes.

Discussão dos Resultados

Esta pesquisa foi desenvolvida neste ano de 2024, em 4 turmas da EJA, do 6º ao 9º do ensino fundamental, no turno da noite (esta escola só tem EJA noturno) de uma escola municipal localizada na cidade de São Gonçalo/RJ. Para atingir o objetivo da pesquisa foi realizada pesquisa qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário, enviado aos estudantes por Whatsapp. Em estudos realizados pelos pesquisadores Medeiros, Steiner Neto e Zotto (2000), os questionários virtuais apresentam mais retornos favoráveis do que os questionários de papel.

O questionário foi proposto em formulário via Whatsapp, ao qual foi respondido por 28 estudantes e apresentou os seguintes dados:

No que se refere à idade dos estudantes, constatou-se que 50% dos estudantes tem idades entre 15 e 20 anos, 18% tem mais de 50 anos e 18% com mais de 40 anos, o que nos mostra um desafio aos professores, que necessariamente devem organizar suas aulas adequando ao interesse de estudantes de faixa etária distantes e provavelmente com interesses diversos. Outro dado importante demonstrado nesta resposta é que o número de pessoas entre 15 e 20 anos é muito maior do que os que se encontram na faixa etária a partir dos 40 anos. Isso nos alerta para o fato de que pode haver uma falha no sistema regular de ensino, produzindo ainda estudantes para a EJA que deveriam ter tido a oportunidade de conclusão do ensino fundamental na idade própria, visto que dificilmente estes estudantes não tentaram cursar o ensino fundamental



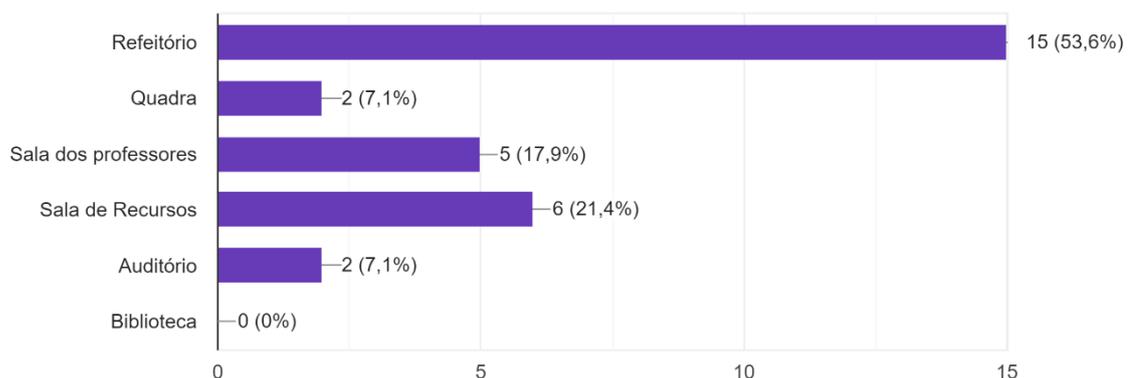
regular uma vez que a obrigatoriedade do ensino fundamental já é preconizada desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Quanto ao tempo que estudam na escola, verificou-se que 54% estão nesta escola a menos de 1 ano, isso demonstra uma clientela de estudantes novos na escola. Apenas 25 % estão a mais de 2 anos e 21 % estão a mais de um ano na escola. Diante desta realidade, foi possível perceber que os estudantes da EJA encontram muitos obstáculos dentro da escola que negam seu direito de um processo educativo.

Quanto aos espaços acessíveis aos estudantes da EJA, pudemos constatar que 53,6% responderam, o refeitório, seguido da sala de recursos com 21,4%, o que nos acende um alerta é que 0% têm acesso a biblioteca da escola (nessa escola tem biblioteca) isso significa que este aparelho acadêmico não é usado pelos estudantes da EJA, portanto não existe um incentivo à leitura extra classe, isso nos mostra o descaso com os estudantes da EJA. Conforme gráfico abaixo, retirado do questionário:

Figura 1: gráfico relacionado ao espaço físico da escola.

3 - Quanto ao espaço físico da sua escola, qual o espaço que você mais frequenta?
28 respostas



Fonte: Dados obtidos a partir do formulário proposto aos estudantes da EJA via Whatsapp

Foi perguntado se naquela escola eles possuíam uma sala de informática, 50% disseram que não, percebe-se que esses estudantes realmente conhecem a escola, porém 39,3% disseram que não sabiam se na sua escola existia uma sala de informática e 10,7 % disseram que a escola possuía uma sala de informática, esses representam os estudantes que não conhecem a escola, pois esta escola não possui sala de informática.

Quanto aos recursos tecnológicos que eles possuem, 92,9% possuem celular, tablet ninguém possui, notebook 3,6 % possuem e 7,1% não possuem nenhum recurso tecnológico, o que nos faz refletir como esses estudantes vivenciaram o período da pandemia da covid-19 sem recursos tecnológicos para acompanhar as aulas remotas?

Quando a pergunta foi sobre a possibilidade de a escola ter aula de informática, 85,7% gostariam que sim, apenas 7,1% responderam que não, ou tanto faz. Percebe-se uma grande vontade dos estudantes em aprender a usar a tecnologia, falta investimento do poder público para que isto seja oportunizado aos estudantes. Neste mesmo viés foi perguntado sobre o livro didático, se eles gostariam de ter o livro de matemática, 82,1% gostaria de ter o livro, 7,1%



disseram que tanto faz, 10,7% não gostariam. Então percebemos que em suas maiorias eles acham importante ter o livro didático de matemática. Caminhando neste sentido dos livros, perguntamos se ele costuma pegar livros na biblioteca para ler, 60,7% disseram que não, 14,3% disseram que sim e também este mesmo percentual disseram às vezes, porém na pergunta de acesso a biblioteca, observamos que pode ter havido uma interpretação errada dos estudantes pois na pergunta sobre acesso a biblioteca ninguém sinalizou que a frequentava.

Quanto a conhecerem a equipe pedagógica da escola como diretora, diretora adjunta, coordenadora pedagógica e orientadora educacional, 71,4% disseram que conheciam e 78,6% disseram que a pessoa que eles mais conhecem é a coordenadora pedagógica, pois esta é a pessoa que cuida do turno da noite, seguido da diretora com 60,7%. A orientadora educacional é quem eles menos acessam com 46,4%, isto porque muitos estudantes eram do turno da tarde, pois a orientadora educacional dificilmente aparece no horário noturno. Nesta pesquisa 50% dos estudantes afirmaram que o turno da noite é o turno de sua preferência, porém 32,1% gostaria de estudar na parte da manhã, isso é um fator que merece uma análise mais aprofundada, pois temos muitas mulheres que colocam seus filhos na escola e gostariam de estudar no mesmo horário. Dos 28 estudantes que responderam a este questionário, 67,9% querem ir para uma faculdade, 17,9% responderam talvez, 10,7% não sabem e apenas 3,6% responderam que não querem ir para a faculdade. Percebeu-se que o desejo de cursar uma faculdade se faz presente entre a maioria dos estudantes da EJA o que nos remete à responsabilidade com currículo que possibilite de fato a ascensão ao nível superior.

Na pesquisa realizada, constatou-se que os estudantes da EJA têm pouco acesso aos bens e serviços ofertados aos demais estudantes do ensino regular. Esta realidade nos remete aos estudos de Padial (2015):

[...] que enfatiza que o reconhecimento da necessidade de disponibilização de recursos materiais e humanos para que o processo ensino aprendizagem seja enriquecido não se estende à educação de Jovens e Adultos, pois para estes alunos, estes espaços são restringidos, ficando “trancados” (Padial, 2015).

A partir deste questionário podemos perceber conforme Bertoldo, Barbosa e Carmo (2010), que grande parte das escolas que possuem equipamentos que poderiam potencializar a prática pedagógica não estão disponíveis para os estudantes da EJA, como o livro didático de matemática por exemplo. A maioria gostaria de ter este e outros livros, porém isso não acontece, pois, a EJA neste município não recebe livros desde 2005.

Considerações Finais

Os estudantes da EJA se tornarão perceptíveis dentro da escola e da sociedade, quando seus direitos de acesso aos equipamentos, como biblioteca, atividades esportivas na quadra, atendimento pela orientadora educacional, acesso e aprendizado de tecnologias, acesso ao livro didático, todos esses equipamentos forem disponibilizados para eles durante o seu horário de estudos. Nesta pesquisa verificou-se que o local mais acessado pelos estudantes da EJA era o refeitório, o que demonstra que não existe um incentivo a acesso em outros espaços, como a biblioteca, por exemplo que ninguém nunca acessou. Observou-se também que uma parcela significativa dos estudantes gostaria que a EJA fosse acessível no turno matutino. Percebe-se que neste município não existe uma flexibilização de horários que possam atender a classe trabalhadora noturna. Essa falta de estrutura no âmbito escolar no curso noturno difere do turno diurno, onde os equipamentos e equipe pedagógica são muito mais acessados no cotidiano



escolar. A pesquisa demonstrou que o acesso limitado dos estudantes da EJA aos equipamentos e profissionais da escola, possivelmente seja também um fator de abandono dos estudantes, visto que geralmente a noite só ficam os professores e dirigente de turno, não sendo oportunizado a eles, melhores condições de aprendizagem, visto a deficiência de acesso aos ambientes e equipe pedagógica, o que tira deles a condição de potencializar o pertencimento do lugar que venha a contribuir com sua aprendizagem, autoestima e determinação em prosseguir seus estudos.

Referências

- Arroyo, M. G. (2005). A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In *Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. Brasília, DF: UNESCO, MEC, RAAAB.
- Bertoldo, G. A. C., Barbosa, H. C., & Carmo, R. A. (2010). *Acesso e permanência do aluno de EJA na escola* (Trabalho de Conclusão de Curso, Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania - EJA). Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília.
- Brasil. (2000). Parecer CEB 11/2000: Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.
- Brasil. (2008). Parecer CEB 23/2008: Diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos – EJA. Brasília, DF: Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb023_08.pdf
- Brasil. (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília, DF: Senado. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (1971). *Lei no 5.692 de 11 de agosto de 1971: Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. MEC. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm
- Brasil. (1996). *Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, 23 de dezembro, p. 1-9.
- Brasil. (2000b). *Resolução n. 01 de 05 de julho de 2000*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>
- Brasil. (2010). *Resolução CNE/CEB n. 3 de 15 de junho de 2010: Institui diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos*. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, 16 de junho, p. 1-168. ISSN 1677-7042.
- Di Pierro, M. C. (2005). Notas sobre a redefinição da identidade das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. *Educação e Sociedade*, 26(92), 1115-1139.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (43a ed.). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Marques, I. S. (2016). Notas sobre as conflituosidades entre as esferas do poder local e o direito à educação de jovens e adultos trabalhadores no município de São Gonçalo/RJ. *Revista Tamoios*, 12(2), 32-46.
- Medeiros, C. B., Steiner, N., Pedro, J., & Zotto, O. F. A. (2000). Usando questionários virtuais em pesquisas quantitativas. In *BALAS 2000 Conference*, Caracas (pp. 1-3).



Padial, K. (2015). Restringir espaços para a EJA. *Nova Escola*, São Paulo. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/7910/restringir-espacos-para-a-eja>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

Paiva, V. P. (1983). *Educação popular e educação de adultos* (2a ed.). São Paulo, SP: Loyola.

Quintanilha, D. (2011). *Memórias, narrativas e histórias: A educação de jovens e adultos de São Gonçalo-RJ* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Serra, E., Ventura, J., Alvarenga, M., & Reguera, E. (2017). Interrogando o direito à educação: oferta e demanda por educação de jovens e adultos no estado do Rio de Janeiro. *Crítica Educativa (Sorocaba/SP)*, 3(3), 25-41. Disponível em <http://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/243>. Acesso em 29 de abril de 2021.

Strelhow, T. B. (2010). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, 38, 49-59.